

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL



FOTO: CARMELO FIORASO

Relatório da Rede Social
de Justiça e Direitos Humanos

Expediente

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Pesquisa e Texto: Maria Luisa Mendonça,
Fábio T. Pitta e Carlos Vinicius Xavier

Fotos: Carmelo Fioraso, Douglas Mansur
e Maria Luisa Mendonça

Projeto Gráfico e Diagramação: Flávio Valverde

Assessoria administrativa: Marta Soares
e Claudia Felipe

Apoio: ICCO & Kerk in Actie; EED - Evangelischer
Entwicklungsdienst

Publicação:

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Rua Heitor Peixoto, 218
São Paulo, SP, 01543-000
rede@social.org.br
www.social.org.br

Editora Outras Expressões
ISBN 978-85-64421-34-9
São Paulo, 2012

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Tendências recentes na agroindústria canavieira

Essa publicação traz informações sobre as tendências mais recentes na produção de etanol no Brasil e sua relação com a crise econômica mundial. Destacamos o papel do capital financeiro, entrelaçado com a expansão territorial do agronegócio, e seus impactos nas relações de trabalho e nas disputas por terras indígenas e camponesas.

Observa-se no campo brasileiro a permanência de um processo de expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis, principalmente do etanol gerado a partir da

cana-de-açúcar – tido como a principal fonte agroenergética brasileira, considerando o volume de produção, o total de área ocupada pela lavoura canavieira, bem como a massa de investimentos aplicados na ampliação do parque fabril sucroenergético.

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), podemos constatar em números a tendência recente do volume de cana processada para a geração de açúcar e etanol:

Tabela 1

Produção do Setor Sucroenergético - Brasil

Ano-Safra	Área de produção de cana (ha)	Cana produzida (toneladas)	Produção de açúcar (toneladas)	Produção total de etanol (mil litros)
2004/05	5.625.300	415.694.500	26.621.221	15.416.668
2005/06	5.840.300	431.413.400	26.713.539	16.997.433
2006/07	6.163.200	474.800.400	30.223.600	17.471.138
2007/08	6.963.600	495.723.279	31.279.800	22.526.824
2008/09	7.057.800	571.434.300	31.049.206	27.512.962
2009/10	7.409.600	604.513.600	34.636.900	25.866.061
2010/11	8.056.000	623.905.100	38.675.500	27.699.554
2011/12	8.368.400	571.471.000	36.882.600	22.857.589

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra). Org. XAVIER, C. V.



Caracterizada como um processo de abertura de *novas* fronteiras, a expansão da agroindústria sucroenergética, em termos de volume de produção, tem se concentrado na região Centro-Sul, principalmente no Triângulo Mineiro, centro e sul dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, norte do Paraná, além do oeste e noroeste paulista.¹

A estimativa atual indica que o monocultivo da cana ocupa uma extensão aproximada de 8,4 milhões de hectares no Brasil. Desse total, o Centro-Sul concentra 86,1% das terras cultivadas. O Estado de São Paulo é o maior produtor, com 52,2% da área total (o equivalente a 4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais, com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás, com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná, com 7,3% (611,44 mil hectares), Mato Grosso do Sul, com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas, com 5,45% (463,65 mil hectares), e Pernambuco, com 3,89% (326,11 mil hectares).²

Verificamos o vertiginoso crescimento da produção no setor, principalmente entre as safras de 2004/2005 e 2010/2011, quando houve uma elevação de 50,08% no volume de processamento da cana-de-açúcar. Em relação à produção de açúcar e etanol nesse mesmo período, o acrés-

cimo correspondeu a 45,2% e 79,6%, respectivamente. Porém, essa tendência se alterou na safra de 2011/2012, quando houve uma diminuição do volume de produção em relação à expansão territorial do monocultivo de cana.

A crise financeira mundial trouxe mudanças significativas para a agroindústria canavieira em relação ao padrão de expansão que se delineou nos anos anteriores. Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do real, para especular com derivativos cambiais. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. O setor somou um prejuízo de mais de R\$4 bilhões. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de canaviais, tratos culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de produtividade. Por essa razão, em janeiro de 2012, o governo brasileiro liberou R\$4 bilhões somente para a renovação dos canaviais. Além da queda na produtividade, podemos observar a internacionalização monopolista do setor, o aumento da necessidade de créditos subsidiados, a expropriação de pequenos produtores e indígenas e a consequente substituição de lavouras alimentares.

¹ Mesmo sendo estas as principais regiões de produção canavieira, é importante frisar o recente avanço no monocultivo também para a região Norte do país. Apesar da área de produção representar uma pequena parcela do total, cerca de 0,41%, trata-se, em termos percentuais, da região que apresenta a maior taxa de crescimento atualmente, com elevação da área ocupada pelo monocultivo de cerca de 77,2% entre as safras 2010/2011 e 2011/2012 – salto que se deve especialmente à implantação de uma nova unidade processadora no Estado do Tocantins.

² Conab – Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar*, terceiro levantamento, dezembro/2011. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília, Conab 2011.

O papel do Estado



FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA

Financiamento do BNDES para plantio de cana-de-áçúcar em terra indígena já homologada.

A expansão recente da agroindústria canavieira no Brasil foi viabilizada principalmente através de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Somente em 2010, o BNDES forneceu R\$7,4 bilhões para o setor. Durante os oito anos do governo Lula, o total de empréstimos obtidos pelos usineiros chegou a R\$28,2 bilhões.³ Esses desembolsos representam um crescimento dos investimentos com inten-

sidade superior a qualquer outro segmento econômico no país.

Atualmente, com a queda de produtividade e a crise no setor, o governo Dilma anunciou que poderia expandir a demanda no mercado interno através do aumento da mistura de etanol na gasolina de 20% para 25%. Outra proposta do governo é conceder total isenção de impostos para a produção de etanol.⁴

³ *Na Era Lula, usineiros receberam mais de R\$ 28 bi do BNDES.* Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40982-na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes>.

⁴ *Folha de São Paulo, Governo propõe zerar tributos do etanol.* 10/7/2012.



6

O apoio estatal para o agronegócio inclui constante rolagem de bilhões de reais em dívidas, incentivos fiscais, crédito a juros subsidiados e segurança de mercado, através de acordos internacionais de comércio e da retomada dos incentivos para a produção de agrocombustíveis. Essa política ganhou força a partir de 2004, quando houve uma forte queda do preço da soja no mercado internacional e grandes produtores foram salvos pelo Programa Nacional de Biocombustíveis. O mesmo ocorreu com as usinas de cana – muitas estagnadas ou falidas desde a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1990 – que “res-

suscitaram” com a injeção de novos recursos públicos para a produção de etanol.

Tais medidas foram justificadas a partir da ideia dos agrocombustíveis como fonte de energia “limpa e renovável” e da possibilidade de aumento da demanda global por etanol. Segundo estimativas das empresas, para tornar realidade os prognósticos de expansão para os próximos dez anos, ainda seriam necessários investimentos da ordem de R\$43,8 bilhões. Entre estes, R\$24,5 bilhões seriam para aquisição de terras, e R\$19,2 bilhões, para a formação de lavouras e infraestrutura operacional.⁵

⁵ MOREIRA, C. *Limite de venda de terras a estrangeiro barrou entrada de US\$ 15 bi no País*. Agência Estado. São Paulo, 18/4/2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,limite-de-venda-de-terras-a-estrangeiro-barrou-entrada-de-us-15-bi-no-pais,63309,0.htm>>. Acesso em: 1º/6/2012.

O papel do capital financeiro e das empresas multinacionais no agronegócio canavieiro

FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA



Além da permanência dos desembolsos por parte do Estado, o atual cenário de expansão canavieira reforça uma busca por captação de recursos nos mercados financeiros. Essa estratégia tem como referência a atuação do grupo Cosan, que atualmente é a maior empresa do setor e, desde meados dos anos 2000, efetiva sua entrada junto ao mercado de ações da Bovespa.⁶ A captação de recursos estrangeiros, principalmente de fundos de investimentos, gerou uma ampliação exponencial dos ativos da Cosan que constituiu outras empresas subsidiárias, como a Cosan Açúcar e Álcool, Rumo Logística, Cosan Combustíveis e Lubrificantes (CCL) e Radar Propriedades Agrícolas.

Além da participação de investidores do sistema financeiro, o ramo sucroenergético

também realizou fusões com empresas ligadas ao setor petrolífero e *tradings* de *commodities*. A inserção da petrolífera Royal Dutch Shell, a partir da constituição de uma *joint venture* com o Grupo Cosan, se enquadra neste processo. Essa associação resultou na constituição da empresa Raízen, que surge como um dos cinco maiores grupos econômicos do país, com valor de mercado estimado em 20 bilhões de dólares. A corporação é responsável por uma produção anual de 2,2 bilhões de litros de etanol e de 4 milhões de toneladas de açúcar. Desde sua criação, apresenta como meta até 2014 aumentar a produção de etanol para 5 bilhões de litros. Para isso, avança seu controle sobre “novas” regiões produtoras de cana, como o noroeste paulista e os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.⁷

7

⁶ XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, L. M. *Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2011.

⁷ RAÍZEN, 2011. Disponível em: <<http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>>.

Outra petrolífera que se estabeleceu junto à atividade canavieira foi a British Petroleum (BP). Por meio da subsidiária de agrocombustíveis BP Biofuels, em 2008 a empresa adquiriu 50% da Tropical BioEnergia, uma *joint venture* composta pela LDC Bioenergia e o Grupo Maeda. A usina operada pela Tropical BioEnergia está localizada no município de Edeia, ao sul de Goiás. Atualmente a unidade opera com capacidade ociosa, mas poderia produzir até 435 milhões de litros de etanol por safra (Brito, 2011).

A Petrobras é também uma das principais empresas do setor sucroenergético. Por meio da Nova Fronteira Bioenergia, resultante da fusão entre o Grupo São Martinho e a Petrobras Biocombustíveis (PBio), a empresa prevê investimentos na ordem de R\$520,7 milhões na ampliação da usina Boa Vista, localizada em Quirinópolis, em Goiás. O intuito é criar a maior usina produtora de etanol de cana-de-açúcar do mundo, com a elevação da capacidade de processamento da unidade dos atuais 3 milhões de toneladas para 8 milhões na safra 2014/2015. Até a última safra, esta usina operava de forma ociosa, tendo processado por volta de 2,4 milhões de toneladas, portanto 600 mil toneladas a menos do que a capacidade instalada.

Entre as *tradings* do agronegócio que atuam no setor sucroenergético está a Cargill, que em 2006 adquiriu 64% da Companhia Energética do Vale do Sapucaí (Cevasa). Em meados de 2011, a empresa anunciou a constituição de uma *joint venture* com a Usina São João, com duas usinas em Goiás, uma já em operação e outra em etapa de finalização. A ADM (Archer Daniels Midland) tem atuação no sul de Goiás e no Triângulo Mineiro, em especial pela aquisição de parcelas de usinas já instaladas. Essa estratégia também foi adotada pela Sojitz Corporation, que em 2007 adquiriu 33% do da ETH, junto ao grupo Odebrecht.

A participação da Bunge no ramo canavieiro também ocorre através de aquisições de empresas já formadas. Primeiramente, em 2007, adquire a Usina Santa Juliana, localizada no Triângulo Mineiro. Em 2008, estabelece um negócio para comercialização de açúcar com o grupo Tate & Lyle, tornando-se um dos maiores exportadores da *commodity* no país. Nos anos seguintes, a empresa mantém a estratégia de aquisições e, até 2011, passa a controlar oito usinas em operação e uma em etapa de finalização. Essa estrutura tem capacidade para a moagem de 20 milhões de toneladas de cana por safra.

8

FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA



Usina de açúcar e etanol utiliza e polui água de represa no Mato Grosso do Sul



Entrada da cidade de Caarapó, onde uma das usinas da Raízen utilizou cana plantada em terra indígena.

A atuação dos fundos de investimento no setor ocorre tanto através da aquisição completa de usinas quanto da associação ou fusão. Um exemplo de aquisição completa é a Infinity Bio-energy, composta pelos fundos estadunidenses Kidd & Company, Stark e Och Zitt Management, além do banco Merrill Lynch. Em 2006 e 2007, a empresa efetivou a compra de oito usinas, além do anúncio da construção de outras cinco. As aquisições totalizam custos da ordem de R\$1 bilhão.

Tais empreendimentos apresentam conexão com a captação de 1,5 bilhão de dólares junto à bolsa de recursos para empresas em formação (AIM), situada em Londres. A efetivação desse processo ocorreu em maio de 2006.⁸ Com relação às estratégias de associação, um caso que chama atenção é a CEB (Clean Energy Brazil), que em 2006 efetivou junto à bolsa de Londres a captação de R\$400 milhões. Em 2007, a empresa adquiriu 49% da Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica, no Estado do Paraná. Em 2009, formou uma *joint venture*

com a Unialco S.A., com 33% de participação em duas usinas no Mato Grosso do Sul.

As corporações estrangeiras que têm se inserido no segmento canavieiro adotam como principal estratégia a busca pela ampliação da sua presença em regiões identificadas como *novas* áreas de produção. Observa-se que corporações como Raízen (Shell – Cosan), Nova Fronteira (Petrobras – São Martinho), BP Biofuels (Tropical BioEnergia e CNAA), Cargill, Bunge, ADM, ETH (Sojitz Corporation e construtora Odebrecht), Infinity Bio-energy, entre outras, têm concentrado seus investimentos nessas regiões.⁹

A crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e, aparentemente, está relacionada com a busca por investimentos tidos como “saudáveis”, considerando-se uma suposta estabilidade no mercado de terras no Brasil. Porém, o movimento de concentração de capitais decorre da própria crise econômica mundial, como veremos a seguir.

⁸ STEFANO, F. O comprador de usinas. *Revista Exame*, 19/10/2007.

⁹ As informações concernentes às *tradings* de *commodities* e aos fundos de investimentos foram obtidas junto à seguinte referência: PINTO, M. J. A. *Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético*. 2011. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

A expansão do agronegócio enquanto determinação da crise econômica mundial

FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA



10

Para tecer uma análise crítica do processo de expansão do setor canavieiro, consideramos imprescindível contextualizar a crise econômica no atual momento histórico, marcado pelo modo como o capital financeiro gera a ilusão de um movimento autônomo do dinheiro. Nessa forma autonomizada, o dinheiro passa a ser negociado na forma de mercadoria, nos mercados financeiros, com preços diferenciados, determinados pela taxa de juros. Como derivação deste “miraculoso” sistema, no qual dinheiro, por si só, pressupõe uma capacidade de gerar mais dinheiro, é que surge a expressão “indústria financeira”, a destacar sua variedade de serviços, denominados “produtos”, cuja finalidade é gerar mais dinheiro para seus consumidores.

A fim de efetivar seu processo de expansão, a agroindústria canavieira reafirma uma necessidade constante de atrair recursos do sistema financeiro, seguidamente e sempre

com o propósito de cobrir antigos créditos – em outras palavras, efetivando uma expansão com avolumamento de dívidas. Nesses termos, tem-se como origem e determinação da expansão sucroenergética a própria crise de acumulação de capitais. Trata-se, neste caso, do capital fictício em sentido estrito, ou seja, quando se pagam os créditos malparados com novos créditos.

Tem-se, portanto, a efetivação de uma dependência crescente do capital real em relação ao crédito. Os altíssimos custos prévios para imputar processos competitivos de produção exigem do capital canavieiro crescentes montantes de dinheiro creditício. Nesse sentido, a territorialização da agroindústria sucroenergética passa a se efetivar com a participação de volumosas somas dessa forma de capital, seja para incorporação, implantação e/ou modernização de unidades processadoras, seja para o desenvolvimento

das lavouras, ou para obter domínio de terras através da compra ou de contratos de parceria e arrendamentos.

A participação de agentes do mercado financeiro revela a busca pela valorização dos investimentos realizados. Considerando se tratar de um capital proveniente desse processo de ficcionalização da reprodução, no qual o volume de capital acumulado surge da ilusão de que o dinheiro pode reproduzir-se independentemente da sua substância abstrata, o trabalho, as enormes massas de dinheiro creditício a serem incorporadas na expansão canavieira se mostrariam aos investidores como um processo capaz de emplacar a valorização dessas cifras. Entretanto, a incorporação desses investimentos para a ampliação dos ativos das principais empresas do setor, na prática,

acaba por forjar um processo de reprodução aparentemente salutar. Em pormenores, trata-se de uma busca pela valorização enquanto promessa, pois na realidade o que se apresenta é um cenário de crise derivada da necessidade de contínuos aportes que alimentam um movimento de intensificação das dívidas no processo produtivo.

No contexto da atual reprodução fictícia do capital, a aferição de lucros por parte das empresas se apresenta desvinculada da substância real do valor. Isso significa dizer que a suposta salutaridade de muitas corporações se mascara exatamente na alta parcela de capital fictício que compõe seus ativos – fato que caracteriza a transição do capitalismo industrial para o atual momento de prevalência do capital especulativo.

Histórico da produção de etanol no Brasil como gênese da financeirização do capital

11

Ao analisarmos o papel do Proálcool (1975-1990), verificamos que este programa representou uma das principais políticas do Estado brasileiro para a industrialização do campo, ao fornecer créditos subsidiados ao setor sucroenergético. Este processo está relacionado com a dívida externa brasileira e à inadimplência¹⁰ dos capitais privados do setor. Os impactos desta política podem ser localizados por meio dos fenômenos de crise do final da década de 1980, com a “quebra” do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a falência de diversas usinas, a redução na produção de álcool combustível e de automóveis movidos a álcool. Como consequência, podemos citar a “crise das dívidas” (1982-1983), da hiperinflação e da moratória do Estado brasileiro (1986).

O processo de modernização no Brasil, promovido pela ditadura militar, foi baseado em dívidas externas. A partir da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a proveniência de financiamentos internacionais, majoritariamente estadunidenses, era constituinte daquela conjuntura internacional. O recurso do Estado brasileiro à dívida externa respondeu à necessidade de capitais ociosos internacionais se valorizarem. A partir de 1973, com a chamada “Primeira crise do Petróleo”, diversos países da periferia do capitalismo viram seus *deficits* em contas externas dispararem, o que mobilizou seus governos a buscar alternativas para pagar suas dívidas e manter sua liquidez internacional.

¹⁰ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.



12

No Brasil, a busca por substituição da matriz energética por meio de uma articulação com a indústria automobilística permitiu a criação de automóveis movidos a etanol. Subsídios para sua produção, assim como para compra e consumo de álcool, foram estruturados pelo governo. O Proálcool fomentou a industrialização da agricultura introduzindo a mecanização da colheita e o plantio de cana, o que reduziu a necessidade de força de trabalho. Ou seja, toda a cadeia produtiva recebia créditos subsidiados. A industrialização da agricultura, não apenas do setor sucroenergético, recebeu os maiores impulsos das políticas econômicas da ditadura militar durante a década de 1970.

É interessante acompanhar como Ricci¹¹ descreveu estas transformações ao longo do Proálcool:

As primeiras atividades a se tornarem mecanizadas na lavoura canavieira foram as de preparo do solo e plantio. Nestas, os efeitos da mecanização foram os de reduzir o tempo de realização da atividade e a utilização de trabalhadores. A colheita de cana compreende três fases independentes: o corte; o carregamento e o transporte até a usina.

A mecanização da colheita de cana se dá lentamente, atingindo primeiro o transporte (...). Posteriormente a mecanização atinge o carregamento. Até a década de 1950, o trabalhador cortava e enfeixava a cana, amarrando os fardos com as folhas (...). Esta cana cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens até os pequenos caminhões ou carroças puxadas a animais (...). Na etapa seguinte, no final da década de 1960, os carregadores foram substituídos pelos guinchos mecânicos, que empilham e carregam a cana para a carroceria dos caminhões (...). As carregadeiras mecânicas ou guinchos substituíram os fortes carregadores.

A industrialização da agricultura no Brasil foi impulsionada por capitais industriais e financeiros em busca de valorização através da apropriação da renda da terra. Para manter um patamar de produtividade compatível com o mercado internacional, o agronegócio brasileiro arcou com enormes dívidas, o que veio a gerar a crise econômica na década de 1980. A produção de açúcar e álcool, tanto para exportação quanto para consumo interno, passou a ter o papel de “rolar” a dívida

¹¹ RICCI, Ruda et al. *Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil*. Brasília, Ipea, 1994; pg. 104-107.

externa brasileira, caracterizando o momento de preponderância do capital financeiro. Ao final da década de 1980, após o período de modernização, as empresas do setor não foram capazes de saldar suas dívidas. O Estado, por sua vez, precisou cortar sua política de subsídios, o que gerou uma série de falências das usinas.¹²

A década de 1990 foi de estagnação. Deixou-se de consumir carros movidos a álcool e o preço do açúcar se manteve em baixa, condicionado pelas flutuações no mercado internacional de *commodities*, assim como ao lento ritmo de crescimento das camadas urbanas no país. O setor só voltou a obter incentivos significativos a partir de 2004.

A “nova” expansão do setor sucroenergético e a passagem da dívida externa para a dívida interna do Estado brasileiro

De acordo com dados da Conab (ver tabela 1), entre 2004 e 2009 houve uma forte expansão do setor sucroenergético em termos absolutos, o que havia ocorrido apenas durante o Proálcool. Da safra 2004/2005 à de 2008/2009, quando os impactos da crise começam a afetar o setor, a área com cana-de-açúcar plantada cresceu de 5.625.300 hectares para 7.057.800 hectares; a produção de cana-de-açúcar aumentou de 415.694.500 toneladas para 571.434.300 toneladas; a de açúcar, de 26.621.221 toneladas para 31.049.206 toneladas; e a de etanol, de 15.416.668 litros para 27.521.962 litros. Porém, esse ritmo de expansão teve uma duração de apenas cinco anos (entre as safras de 2004/2005 e 2008/2009). A partir de 2010, apenas a área plantada continuou a crescer, enquanto a produtividade sofreu uma queda significativa. Esse processo está relacionado à crise econômica internacional, que levou à redução dos preços das *commodities*, à valorização do dólar e à falta de liquidez no

mercado financeiro, que tem um papel central na expansão do setor.

O mais recente período de crescimento da produção de etanol no Brasil passou a ocorrer após uma inflexão na capacidade internacional de investimentos financeiros. Ao longo da década de 1990, os países centrais, antes credores das dívidas externas dos países periféricos, desenvolveram mecanismos de securitização das dívidas, que motivaram a expansão das possibilidades de financiamentos. Foram criados novos produtos financeiros especulativos denominados “derivativos”. Tais possibilidades expandiram a capacidade de criação de dinheiro por parte do sistema financeiro e de sua alavancagem, gerando imensa liquidez internacional, assim como exponencial aumento dos endividamentos. Estes, porém, passaram a ocorrer na forma de dívidas internas dos Estados nacionais.

a) A securitização das dívidas

O processo de securitização permitiu a compra de títulos atrelados às dívidas dos países,

¹² TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.



FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA

que podem ser pagos de diferentes formas. Por exemplo, através de crédito imobiliário, automobilístico, universitário, entre outros. A renegociação da dívida externa brasileira com bancos estadunidenses ocorreu em 1994, durante o governo de Itamar Franco, em um acordo chamado Plano Brady: “O acordo resultou, também, na “securitização” dos créditos contra o Brasil, isto é, na sua transformação em títulos ou bônus, mais facilmente negociáveis nos mercados secundários. Isso permitirá acelerar o processo de redução do grau de envolvimento dos grandes bancos comerciais com o Brasil”.¹³

A securitização possibilita que os bancos credores retirem dos ativos de seus balanços as dívidas pendentes, fazendo com que os investidores que estas securtizam passem a arcar com o risco de inadimplência. Esse mecanismo é essencial para garantir a circulação do capital financeiro, porque aumenta a capacidade de empréstimos, estimulando o consumo do Estado e da população em geral, e gera um aparente crescimento econômico. Tal procedimento expandiu a capacidade dos bancos para concederem empréstimos, muito além dos limites legais antes permitidos. Isso porque os credores que detêm títulos securitizados não são computados nos balanços financeiros dos bancos vendedores de pacotes de securitização.

No Brasil, o papel do Plano Brady foi avaliado da seguinte forma:

Alguns defensores do Plano Brady e da sua aplicação ao caso brasileiro (...) alegam que a vantagem fundamental desse tipo de acordo reside em algo menos tangível, vale dizer, em um ganho de “credibilidade” que produziria, entre outros efeitos, uma ampliação do aces-

so do país devedor aos mercados financeiros internacionais.¹⁴

O mercado financeiro se caracteriza pela predominância de capitais “ociosos” que buscam a possibilidade de valorização. O Proálcool possibilitou ao Brasil rolar sua dívida externa durante os anos 1980. O Plano Brady permitiu a ampliação da rolagem da dívida externa e sua metamorfose na chamada dívida interna, computada não mais em dólares, mas em títulos do Tesouro Nacional, calculados em reais. A capacidade do Estado brasileiro de rolar suas dívidas está relacionada com a disponibilidade de financiamentos para estimular a economia. Nesse sentido, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem o papel central de fomentar novos empréstimos.

O economista José Roberto Afonso explica os mecanismos de rolagem da dívida interna brasileira entre 2003 e 2010:

Pagando a maior taxa de juros do mundo, o país atrai cada vez mais capitais externos, acumula cada vez mais reservas, valoriza cada vez mais o real. Aumentam os ganhos e a confiança dos estrangeiros e investidores nacionais. O arranjo atual combina aumento rápido do crédito de origem pública – a fatia dos bancos estatais é de 19,8% do PIB, enquanto o Tesouro Nacional é credor em 14,5% do PIB dos mesmos bancos públicos. Na prática, o Tesouro se transformou no maior banco do país. Porém, ao contrário de um banco clássico, não está sujeito a qualquer regulação prudencial. Tanto que, para chegar a tal posição, entre agosto de 2008 e junho de 2011, ele aumentou em 6,5 pontos do PIB o crédito extraordinário que concedeu aos bancos oficiais (basicamente o BNDES),

¹³ BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira; RANGEL, Armênio de Souza. “O Brasil no Plano Brady”. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/872/1151>. Acesso em 5/7/2012; p. 46.

¹⁴ *Ibid.*, p. 45.

enquanto a dívida bruta aumentou em 5,8 pontos no mesmo período, saltando para 65,3% do PIB. Como qualquer banco, há um limite para o Tesouro ficar se endividando para continuar emprestando. (...) Para que funcione esse esquema, o governo se endivida cada vez mais, direta ou indiretamente. E para quê? Em boa parte, para dar mais crédito aos bancos públicos, que usam 95% ou mais desses recursos para dar crédito ao setor privado.¹⁵

O estouro do bolha na Bolsa de tecnologia Nasdaq, em 2001, permitiu que investidores buscassem novas modalidades, fazendo com que os títulos da dívida interna dos países periféricos aparecessem como bons negócios. A manutenção dos juros baixos nos Estados Unidos atrai investidores para os títulos da dívida interna brasileira, com taxas bem maiores. Esse mecanismo, denominado de *carry trade*, estimula agentes privados a assumir empréstimos em dólar e aplicar em títulos das dívidas de países que pagam juros mais altos.

Este mecanismo foi utilizado não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina e no grupo chamado Brics, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

No Brasil, muitas usinas de açúcar e etanol captaram recursos no exterior, em dólar, para aproveitar as baixas taxas de juros vigentes no mercado financeiro estadunidense.¹⁶ Com ampla liquidez, ou boa capacidade de endividamento, o governo brasileiro passou a oferecer, via créditos subsidiados, amplos em-

préstimos ao setor privado, principalmente ao agronegócio brasileiro. O fomento à produção de cana, açúcar e etanol, a partir de 2003, se insere no bojo deste processo.

A dívida pública do Estado brasileiro (interna e externa somadas) beirou os R\$3 trilhões em 2011. Em 1994, a dívida interna era de aproximadamente zero, e hoje representa a maior parte do endividamento, já que a dívida externa soma aproximadamente R\$350 bilhões. A dívida pública equivale a 75% do PIB nacional, que em 2011 esteve perto de R\$4 trilhões. Mais de R\$700 bilhões, ou seja, mais de 45% do orçamento da União (de R\$1,571 trilhões em 2011) são gastos com juros e amortizações da dívida brasileira.

“A dívida interna do Brasil, que montava R\$892,4 bilhões quando Lula assumiu o governo em 2003, atingiu em 2009 o montante de R\$1,40 trilhão de reais e, segundo limites definidos pelo próprio governo, poderá fechar 2010 em R\$1,73 trilhão de reais, quase o dobro. Crescimento de 94% em oito anos de governo”, explica o economista Waldir Serafim.¹⁷ Enquanto a dívida dobrou ao longo do governo Lula, o PIB cresceu aproximadamente 32%, o que nos permite destacar o entrelaçamento entre ambos, assim como a necessidade de rolagem da dívida nacional a fim de manter o país solvente. A diferença entre a taxa de juros que o Estado paga para captar dinheiro via títulos da dívida (a chamada Taxa Selic) e o quanto cobra nos juros por empréstimos fornecidos ao setor privado (incluindo o

¹⁵ AFONSO, José Roberto. Tesouro se transformou no maior banco do país. *O Estado de S.Paulo*, Caderno Econômico, 29/8/2011. Disponível em: <http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,tesouro-se-transformou-no-maior-banco-do-pais,765399.htm>. Acesso em 5/7/2012.

¹⁶ Perdas com derivativos nas usinas atingem até R\$ 4 bilhões. *Jornal Valor Econômico*, 9/10/2009. Disponível em [http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/31304+Perdas-com-derivativos-nas-usinas-atingem-ate-R\\$-4-bi](http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/31304+Perdas-com-derivativos-nas-usinas-atingem-ate-R$-4-bi). Acesso em 1º/7/2012.

¹⁷ SERAFIN, Waldir. Dívida interna: perigo à vista. *SóNotícias*, 11/2/2010. Disponível em: <http://www.sonoticias.com.br/opiniaio/2/100677/divida-interna-perigo-a-vista>. Acesso em 5/7/2012.

agronegócio) revela o subsídio do crédito do BNDES, principal fundamento da expansão do setor sucroenergético.

Diversos estudos explicitam a existência de créditos subsidiados ao setor. O economista Pedro Ramos¹⁸ ressalta que a obrigatoriedade de acréscimo de etanol à gasolina pode ser considerada como subsídio. O geógrafo Antonio Thomaz Jr.¹⁹ explicita os sucessivos perdões às dívidas da agroindústria canaveira como comprovação dos “benefícios” dos quais desfrutaram. Em agosto de 2008, o governo decretou a substituição da taxa Selic (13% ao ano naquele momento) pela Taxa de Juros de Longo Prazo (6,25% ao ano) para a renegociação de R\$75 bilhões de dívidas do setor agrícola, provenientes das décadas de 1980 e 1990. Este valor se aproxima dos R\$65 bilhões destinados ao investimento no agronegócio pelo Plano Agrícola de 2008/2009, a taxas fixas de 6,75% ao ano, que representou um aumento de 12% em relação ao ano anterior.

Os investimentos do BNDES para o setor sucroenergético durante o governo Lula são de grande montante quando analisados relativamente junto a outros setores. O total foi de R\$28,2 bilhões, sendo que somente em 2010 foram R\$7,4 bilhões, que financiaram desde o cultivo de cana (R\$953 milhões) até a produção de açúcar e álcool (R\$5,6 bilhões) e a cogeração de energia (R\$665 milhões). O montante dos empréstimos é maior do que o fornecido a outros setores da economia no ano, como as indústrias de papel, celulose e extrativista jun-

tas (R\$3,1 bilhões), mecânica (R\$5,3 bilhões), metalurgia (R\$4,9 bilhões) e têxtil e vestuário (R\$2,1 bilhões). Ao longo de 2008, em razão da crise financeira, até capital de giro das empresas em dificuldades financeiras foi financiado. Os valores são exorbitantes se comparados com o que o setor recebeu ao longo de todo o Proálcool em créditos subsidiados (com juros reais negativos) no montante de mais de 7 bilhões de dólares entre 1975 e 1990²⁰.

b) O mercado de derivativos

Com o fim dos acordos de Bretton Woods e a maior volatilidade dos juros e do câmbio, derivativos financeiros foram criados e difundidos com a finalidade inicial de cobertura de riscos. Contudo, a utilização desses mecanismos não se restringiu a esse propósito, tornando-se um instrumento privilegiado de especulação, dada a possibilidade de elevados ganhos de capital. (...) um derivativo é um contrato financeiro, cujo valor deriva de um ativo subjacente, preço de *commodities*, índice, taxa ou evento. (...) A característica própria desse conjunto de derivativos é negociar no presente o valor futuro de um ativo.²¹

Esta citação esclarece que os derivativos estão relacionados aos chamados “mercados futuros”. As *commodities* agrícolas são negociadas neste mercado, e sua venda física, nos chamados “mercados a termo”. Os mercados de futuro negociam também índices, moedas, taxas de juros, assim como preços de *commodities*, sem sua entrega física.

¹⁸ RAMOS, Pedro. *Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... atual*. Disponível em: http://www.google.com.br/search?q=Financiamentos+subsidiados+e+d%C3%ADvidas+de+usineiros+no+Brasil&rls=com.microsoft:pt-br&ie=UTF-8&oe=UTF-8&startIndex=&startPage=1&redir_esc=&ei=bkr3T-e2HOKQ6wHA3YzsBg, 2011. Acesso em 6/6/2012.

¹⁹ THOMAZ JR., Antonio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002.

²⁰ XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, L. M. *Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf>.

²¹ Fahri, Maryse. *Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes no ciclo recente*. Trabalho apresentado no II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, setembro de 2009. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/02.pdf>. Acesso em 5/7/2012, p. 2.

Os mercados de derivativos surgem entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de fortes oscilações nas taxas de juros e, conseqüentemente, de câmbio. Comerciantes internacionais passaram a comprar e vender moedas antecipadamente, assim como *commodities*, garantindo-lhes um preço que fosse favorável independentemente das bruscas mudanças nos mercados. Ao mesmo tempo, tais oscilações passaram a permitir que os investimentos nos mercados de derivativos gerassem grandes ganhos de capital, e aqui está o ponto fundamental.

A especulação, tanto com o preço das *commodities* agrícolas quanto com moedas, faz com que seus preços sofram fortes impactos e oscilação, conforme os movimentos desses mercados de futuro. Os preços de certas mercadorias hoje podem expressar simples apostas futuras de especuladores, que os aumentam ou diminuem conforme a melhor possibilidade vislumbrada para seus ganhos financeiros. Tais variações impactam, inclusive, as taxas de câmbio e de juros, o que mobiliza investimentos nesses mercados de derivativos, retroalimentando a instabilidade de preços.

Desta forma, as características das “apostas” do capital financeiro passaram a compor os ganhos de empresas que anteriormente investiam apenas na produção direta de mercadorias. As chamadas operações de *hedge* (proteção) têm essa característica, já que mercado de futuro é especulativo por excelência. Este tipo de estrutura financeira ganha maior proporção na atualidade, permitindo a ampliação dos ganhos e perdas de seus participantes. Há um entrelaçamento das empresas consideradas “produtivas” com o capital especulativo, já que

muitos participantes cumprem ambos os papéis. Por exemplo, diversas empresas comerciantes de *commodities* fazem dívidas em condições aparentemente favoráveis e aplicam tais recursos na especulação com *commodities*, fazendo com que suas contas “fechem” com os ganhos obtidos na negociação de preços futuros.

Outro mercado especulativo amplamente utilizado por empresas a fim de aumentar sua capacidade de “crescimento” é a entrada em bolsa de valores. Para isso, diversas usinas no Brasil utilizaram o mecanismo de IPO (Oferta Pública Inicial), entre elas a Cosan, Açúcar Guarani, Usina Costa Pinto e Usina São Martinho.²² O mercado de ações se expandiu a partir da década de 1970 e permitiu que capitais financeiros buscassem valorização a partir do movimento do dinheiro, que se transforma em mais dinheiro sem passar pelo processo produtivo e pela exploração de trabalho.

As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terra, subsidiárias, entre outros. Assim, o preço das ações passa a ser parte fundamental do valor de mercado das empresas e torna-se parâmetro para que consigam crédito. Os empréstimos em dólar através de bancos privados foram utilizados pelo setor sucroenergético durante sua recente expansão. O acesso a crédito e a novos instrumentos financeiros gerou maior capacidade de endividamento e de investimento do setor, permitindo uma transformação tecnológica que aprofundou a diferença entre montantes de capitais investidos e imobilizados em relação à força de trabalho a ser explorada. Esse movimento aprofunda a incapacidade das empresas se valorizarem por meio da exploração do trabalho.

²² NORILLER, Rafael et al. *Análise econômico-financeira das usinas sucroalcooleiras listadas na BM&F- Bovespa S.A.* Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/489.pdf>. Acesso em 4/5/2012.

A principal consequência desse processo foi a mecanização da colheita de cana. O Estado de São Paulo, maior produtor do país, tem hoje cerca de 75% de sua colheita mecanizada. Outros Estados onde cresce o monocultivo da cana, como Mato Grosso do Sul e Goiás, apresentam 50% de mecanização.²³ Com isso, aumentam os casos de superexploração do trabalho, inclusive de pilotos de tratores e colhedoras.

O quadro de crise no setor é cíclico, como uma espiral que se desdobra e se aprofunda. A capacidade de uma empresa adquirir novas

dívidas para continuar a investir em montantes mais elevados está diretamente atrelada ao seu tamanho, ou seja, aos valores de seus ativos. A necessidade da compra de terras e máquinas, combinada com a tendência de especulação nos mercados financeiros para obter lucros acima da média, determinam a expansão do setor. Ao modernizarem o processo de produção, substituem força de trabalho por máquinas, inviabilizando ainda mais a acumulação, o que retroalimenta o endividamento, a expansão e a especulação financeira, determinantes da superexploração do trabalho.

Os impactos da crise de 2008 no setor sucroenergético



FOTO: CARMELO FIORASO

²³ Para tais dados, consultar: BACCARIN, José Giacomo. “Boletim” Ocupação formal no setor sucroalcooleiro em São Paulo”. Jaboticabal, Unesp, 2009-2011, n. 1-21. Disponível em: <fcav.unesp.br/baccarin>. Acesso em: 10/8/2011.



Como vimos, a produção das usinas de açúcar e etanol depende da rolagem de suas dívidas e de constantes financiamentos. Em 2008, a crise econômica mundial se caracterizou pela inadimplência de dívidas imobiliárias, principalmente nos Estados Unidos, limitando a capacidade de financiamento das empresas. Para muitos economistas, este processo significou o fim da liquidez do mercado financeiro.

A crise atingiu fortemente a agroindústria canavieira no Brasil. O setor passou por diversas crises em sua história, porém com características distintas. Na segunda metade dos anos 1980 ocorre a falência do Proálcool. Segundo o Relatório do Tribunal de Contas da União,²⁴ que investigou as dívidas das usinas, o fim dos créditos subsidiados do governo causou bancarrota e fusões dessas empresas. O corte dos subsídios ocorreu devido à incapacidade do Estado em rolar a dívida externa. Em um primeiro momento, na década de 1980, essa incapacidade foi compensada pela política

de hiperinflação. Posteriormente, em 1986, o governo decretou moratória, e os créditos ao país foram extintos.

O ciclo de crescimento mais recente da indústria canavieira durou de 2003 até a crise financeira de 2008. Neste período, as empresas contaram com créditos privados em dólar e, principalmente, com empréstimos do BNDES. O setor também utilizava mecanismos financeiros, como derivativos cambiais, para compor seus lucros. Os impactos da crise de 2008/2009 combinaram a impossibilidade de acessar créditos para rolagem de dívidas com prejuízos com derivativos cambiais. Muitas usinas faliram, o que aprofundou o processo de aquisições e fusões com empresas multinacionais.

A crise se refletiu na queda da produção de cana-de-açúcar na safra 2011/2012. Com a redução da produção de etanol, em 2011 o Brasil teve de importar etanol de milho dos Estados Unidos. Este fato tem importante simbolismo, já que o Brasil vendeu uma ima-

²⁴ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.

gem internacional de que se tornaria a “Arábia Saudita do etanol”. O principal argumento das usinas para justificar a queda na produtividade foi a incapacidade de investirem na renovação de canaviais, em adubação e tratos culturais. Uma forma de compensar a diminuição desses investimentos foi a expansão territorial do monocultivo de cana. Apesar da crise, o BNDES continuou a financiar as usinas e, no início de 2012, disponibilizou uma linha de crédito subsidiado para a renovação de canaviais no montante de R\$4 bilhões.²⁵

Mas os créditos subsidiados fornecidos pelo BNDES não eram suficientes para manter os níveis de produtividade, como ficou evidente com a crise financeira mundial. Assim, empréstimos em dólar e especulação com derivativos cambiais tornaram-se práticas comuns nas empresas do setor. A conjuntura econômica que se constituiu previamente à crise proporcionou ganhos especulativos para essas empresas, num momento em que capitais ociosos internacionais buscavam se valorizar nos mercados financeiros. Além disso, as baixas taxas de juros praticadas pelos Estados Unidos fomentavam o *carry trade*, ou seja, ganhos com captação de dólares e aplicação nas taxas de juros do Brasil. Tal movimento gerou uma depreciação do dólar frente ao real, o que estimulou os investimentos no mercado de derivativos cambiais, pois se apostava na continuidade da valorização da moeda brasileira.

Os ganhos com derivativos cambiais estimularam o aumento da entrada de dólares no Brasil, o que retroalimentava o processo de valorização do real frente ao dólar e dos

²⁵ “BNDES Prorenova apoia com R\$4 bi renovação e implantação de canaviais”. BNDES, 11/1/2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/energia/20120111_prorenova.html. Acesso em 12/7/2012.



ganhos com estes derivativos. A especulação com *commodities* fez com que o agronegócio experimentasse boas vendas no mercado internacional, incluindo a comercialização de açúcar e a possibilidade, sempre vislumbrada pelo governo Lula, de transformar o etanol em *commodity* internacional.

Entre as safras de 2004/2005 e 2008/2009, o setor sucroenergético apresentou crescimento em termos absolutos, o que significava amplo endividamento por parte das empresas. Apesar da falta de transparência em relação ao nível de endividamento, a falência e os processos de fusão de muitas usinas mostram que as dívidas tornaram-se impagáveis.²⁶ Diversas empresas faziam dívidas em dólar, aproveitando as baixas taxas de juros, e aplicavam este dinheiro em derivativos cambiais, assumindo uma posição comprada em dólar. Isto significa que ganhavam quando o dólar se desvalorizava frente ao real. Após tais ganhos, as empresas investiam nos processos produtivos, pagavam os juros de suas dívidas e conseguiam fazer novas dívidas.

Com a crise que teve início em 2008, essas usinas tiveram grandes perdas financeiras. A insegurança gerada no mercado mundial pela inadimplência das hipotecas *subprime* fez com que muitos investidores estrangeiros retirassem seus capitais especulativos das economias periféricas para aplicar em títulos da dívida americana, considerados mais seguros. Tal movimento levou a uma acentuada apreciação do dólar frente ao real, fazendo oscilar bruscamente a taxa de câmbio. As dívidas em dólar das empresas aumentaram

significativamente. Aquelas que aplicavam em derivativos cambiais tiveram enormes prejuízos. No caso das empresas do agronegócio canavieiro, essa perda ultrapassou R\$4 bilhões.²⁷ A citação a seguir descreve esse processo:

O aprofundamento no segundo semestre de 2008 da crise financeira internacional (...) fez transparecer as posições alavancadas de empresas produtivas, ao intensificar a volatilidade dos preços dos ativos. A crise (...) provocou forte apreciação do dólar frente às demais moedas. Porém, essa valorização foi muito mais acentuada nas economias emergentes. Diretamente atingidos por novo *sudden stop* dos fluxos de capitais estrangeiros, os preços dos ativos e as taxas de câmbio dessas economias se tornaram importantes alvos do movimento de desalavancagem global e de fuga para a qualidade dos investidores. Nesse contexto foram reveladas enormes perdas financeiras de importantes empresas de economias emergentes em posições nos mercados de derivativos de câmbio. Elas haviam realizado operações de montantes elevados nesses mercados, apostando que a moeda nacional não se depreciaria contra o dólar. Esta decisão foi aparentemente tomada no primeiro semestre de 2008, período em que o dólar sofreu intensa desvalorização em relação ao conjunto de moedas, contribuindo para a forte alta dos preços das *commodities*. Contudo, o aprofundamento da crise gerou fortes quedas dos preços das *commodities* e nova tendência de apreciação internacional do dólar. Foi nesse momento que os prejuízos das empresas provocados pelas apostas especulativas vieram à tona²⁸.

²⁶ Para mais informações, ver: Perdas com derivativos nas usinas atingem até R\$ 4 bilhões. *Jornal Valor Econômico*, 9/10/2009. Disponível em [http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/31304+Perdas-com-derivativos-nas-usinas-atingem-ate-R\\$-4-bi](http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/31304+Perdas-com-derivativos-nas-usinas-atingem-ate-R$-4-bi). Acesso em 1º/7/2012.

²⁷ *Ibid.*

²⁸ FAHRI, Maryse. *Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes no ciclo recente*. Trabalho apresentado no II encontro internacional da Associação Keynesiana Brasileira, setembro de 2009. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/02.pdf>. Acesso em 5/7/2012, p. 6.



No Brasil, diversas usinas faliram, o que aprofundou o processo de fusões e aquisições que já vinha acontecendo. Essas falências ocorreram tanto com usinas já existentes, que haviam incorporado outras unidades para aumentar sua produção – por exemplo, Santelisa Vale e Moema – quanto com novas plantas, chamadas de “projetos *greenfields*”.

O caso do grupo Nova América, dono da marca União, é bastante significativo. A empresa não conseguiu arcar com suas dívidas e foi comprada pelo grupo Cosan em 2009. Logo após, a Cosan negociou sua fusão com a anglo-holandesa Shell para formar a empresa Raízen. A unidade da Nova América de Caarapó, no Mato Grosso do Sul, foi incorporada pelo Grupo Cosan e faz parte da expansão das lavouras de cana para o Centro-Oeste.

A Nova América foi denunciada por plantar cana em terras indígenas já homologadas pela União,²⁹ utilizando financiamento do BNDES,

como mostra a reportagem publicada em 23 de março de 2011:

Segundo o Ministério Público Federal, a Cosan/Shell arrenda a fazenda Santa Claudina, que incide na terra indígena Guyraroca, em Caarapó. A área já passou pelos estudos de identificação e delimitação da Fundação Nacional do Índio (Funai). A empresa igualmente explorou, sem autorização da comunidade, cascalho pertencente à Terra Indígena Taquara para utilização nas estradas por onde trafegam os caminhões da usina.³⁰

Apesar das denúncias, das falências e inadimplência, o BNDES continua a financiar a agroindústria canavieira. As empresas argumentam que a disponibilidade de créditos é insuficiente e pressionam o Estado para receber mais subsídios, dada sua incapacidade de reprodução sem o entrelaçamento com o sistema financeiro.

²⁹ Para mais detalhes acerca da homologação de Terras Indígenas, assim como o desrespeito a tal homologação por latifundiários no Mato Grosso do Sul, ver: HOMERO, M. & GUIMARÃES, V. Multicultural, mas esquizofrênico; a mão que afaga é a mesma que apedreja: o Estado e o estímulo ao desenvolvimento e seus impactos sobre as terras indígenas em Mato Grosso do Sul, in: *As Violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul, e as resistências do Bem-viver por uma terra sem males*. Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), MS, 2011.

³⁰ BNDES financia usinas que usam cana de área indígena. Disponível em: <http://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2011/03/23/bndes-financia-usinas-que-usam-cana-de-areas-indigenas>. Acesso em 8/7/2012.

A propriedade da terra e a crise do agronegócio canavieiro



FOTO: DOUGLAS MANSUR

O agronegócio canavieiro necessita de volumosas massas de crédito e subsídio estatal para manter sua expansão, como forma de custear desde a implantação de unidades processadoras, passando pelo desenvolvimento da lavoura, até o emplacamento de projetos de reestruturação do setor. Mas, como vimos, esse processo tem causado um crescente endividamento que, por sua vez, incentiva a expansão territorial, expressa na contínua incorporação de *novas* áreas de monocultivo.

Em outras palavras, a extensividade, que historicamente se apresenta intrínseca à atividade canavieira, diante do cenário de avolumamento de dívidas, ganha maior impulsividade, aparecendo como suposta solução para a crise de remuneração do setor.

Todavia, é o mesmo contexto de expansão que motiva a própria crise de valorização, já que a agroindústria se expande com o objetivo de remunerar o capital investido, que nos últimos anos progressivamente se encontra imobilizado na forma de investimentos em mecanização e aquisição de insumos, resultando, ao contrário, numa tendência de diminuição dos lucros e consequente descapitalização de empresas. É nesse contexto que a atividade canavieira avança em uma espiral de crise-expansão.

O desdobramento desse processo se evidencia inclusive na redução recente do ritmo de crescimento da produtividade da lavoura canavieira, que pode ser constatado na tabela a seguir:

Tabela 2

Sector Sucroenergético - Brasil: comparativo de área, produtividade e total de cana produzida

Ano-Safra	Área de produção (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Cana produzida (toneladas)
2004/05	5.625.300	73.897	415.694.500
2005/06	5.840.300	73.868	431.413.400
2006/07	6.163.200	77.038	474.800.400
2007/08	6.963.600	78.969	495.723.279
2008/09	7.057.800	80.965	571.434.300
2009/10	7.409.600	81.585	604.513.600
2010/11	8.056.000	77.446	623.905.100
2011/12	8.368.400	68.289	571.471.000

CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada no/safra). Org. XAVIER, C. V.

25

As empresas do segmento canavieiro justificam como causas dessa queda aspectos conjunturais ligados principalmente a fatores climáticos, como o excesso de chuvas na safra 2009/2010 ou o prolongamento da estiagem em 2010/2011. De fato esses aspectos ambientais podem influir na diminuição da produtividade, mas essa explicação não é suficiente. É necessário analisar o contexto econômico que influencia diretamente esse processo para entender o movimento de expansão-crise. Ou seja, a redução de produtividade se revela como mais um elemento que reitera a incapacidade de o capital canavieiro repor seus pressupostos.³¹

Diante deste contexto, o controle de terras, seja pela compra, pelo arrendamento e/ou parceria, passa a ser cada vez mais fundamental para as empresas. Trata-se de uma estratégia de busca por atribuir valor a seus ativos através de mecanismos de especulação baseados em perspectivas de valorização das terras incorporadas.

Um exemplo desse processo é a empresa Radar Propriedades Agrícolas, subsidiária do grupo Cosan, que tem o papel de intermediar negócios imobiliários. Criada em 2008, apresenta seu capital social compartilhado, com aproximadamente 18,9% pertencentes a Cosan S.A e 81,1% a demais investidores (entre esses, o fundo de pensão estadunidense

³¹ A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresenta os seguintes fatores que reforçam a queda recente da produtividade: “a falta de renovação dos canaviais no momento adequado, a diminuição da quantidade de insumos aplicados devido à descapitalização dos produtores menores e a utilização da mecanização da colheita, que acelera a necessidade de renovação do canavial. Vale salientar que a lavoura de cana tem pico produtivo no segundo e terceiro corte, e hoje é fácil encontrar talhões com mais de dez anos em produção ininterrupta, cuja produtividade é 30% da produção da cana de segundo corte” (Conab, 2011, p. 10). Conab – Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar*, terceiro levantamento. Brasília, dezembro de 2011.



Teachers Insurance and Annuity Association of America – TIAA). O aporte inicial da Cosan neste empreendimento foi de US\$35 milhões e dos demais investidores, de US\$150 milhões. Porém, o controle administrativo pertence à própria Cosan, por deter a maioria dos votos no Conselho de Administração.³²

Segundo a empresa,

o objetivo é comprar propriedades com alto potencial de valorização e arrendá-las para grandes operadores rurais. Depois de atingirem uma valorização considerada significativa, as propriedades são colocadas à venda. O foco inicial são terras voltadas para o cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho e algodão. Nos primeiros três anos de vida, a empresa já investiu 400 milhões de dólares. Hoje, administra cerca de 106 mil hectares de terras.³³

Outras empresas do setor apresentam a mesma estratégia de atrair investidores finan-

ceiros no processo de aquisição de terras, como é o caso da Infinity Bio-Energy, Açúcar Guarani S/A, Adecoagro S/A, entre outras.³⁴ Com a imersão na crise de remuneração, tais empresas buscam atrair novos volumes de dinheiro creditício, recursos a serem aplicados também em negócios que envolvam a propriedade da terra, em um processo com vistas a inflar o valor do conjunto dos seus ativos.

Mas, se por um lado a obtenção de grandes extensões de terra tem por finalidade imputar ganhos aos ativos de diversas empresas, por outro esse mecanismo revela, na prática, ser mais um sintoma da crise no processo produtivo, já que o endividamento do setor sucroenergético se estende ao longo da cadeia, atingindo produtores, fornecedores, empresas terceirizadas e recaindo sobre os proprietários de terras, parceiros e arrendatários.

³² COSAN. Comunicado ao mercado. Disponível em: http://www.acionista.com.br/home/cosan/280808_constituicao_subsiaria.pdf.

³³ RADAR, 2012. Disponível em: http://cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=35726.

³⁴ Mais detalhes sobre operações de compra de terras em: HERNANDES, T. Estudo sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil – estrutura de mercado. Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável” (PCT IICA/MDA - Nead), Brasília, 2009. OLIVEIRA, A. U. de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

A superexploração do trabalho no corte de cana

FOTO: CARMELO FIORASO



Durante as décadas de 1950 e 1960, a agricultura brasileira estava assentada na exploração do trabalho de colonos, moradores, agregados e posseiros, os quais apresentavam baixo grau de assalariamento porque trabalhavam para proprietários em troca do acesso à terra. A partir desse período, com a industrialização da agricultura, a maioria desses trabalhadores foi expulsa das fazendas e passou a ser contratada mediante o pagamento em salário.³⁵ A industrialização da agricultura gerou a mecanização de diversas etapas da produção de cana-de-açúcar. O boia-fria,³⁶ personagem premente da lavoura canavieira, surge, assim, como um assalariado superexplorado, em razão do alto índice de desemprego no campo. Sem outra possibilidade de sobrevivência, os trabalhadores eram impelidos a se submeter a condições degradantes.

Após a mais recente expansão da agroindústria canavieira, no século XXI, as condições encontradas pelos assalariados no corte da cana não melhoraram, apesar dos investimentos financeiros no setor e sua “modernização”. É justamente o movimento contraditório do processo de modernização que se apresenta hoje no trabalho do boia-fria. A mecanização da colheita se hegemonizou, promovendo um processo de dispensa de trabalhadores em números absolutos. O desemprego gera pressão sobre os cortadores, que passam a empreender uma maior concorrência entre si para acessar postos de trabalho.

Em média, uma colhedeira de cana dispensa 120 trabalhadores braçais.³⁷ Segundo o boletim “Ocupação formal no setor sucroalcooleiro em São Paulo”,³⁸

³⁵ PITTA, Fábio T. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Ver, principalmente, o capítulo 2: “O fetiche da história, o espaço como abstração, o fetiche da mercadoria”.

³⁶ Para uma descrição do processo de trabalho no corte de cana, ver nosso relatório: XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, L. M. *Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, 2011.

³⁷ RAMOS, Pedro. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. *Emprego e trabalho na Agricultura Brasileira*. Coordenadores Antonio Márcio Buainain e Claudio S. Dedecca, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9, p. 304-325. Brasília, IICA, 2008.

³⁸ BACCARIN, José Giacomo. Boletim – Ocupação formal no setor sucroalcooleiro em São Paulo. Jabcabal, Unesp, 2009-2011, n. 1-21. Disponível em <fca.unesp.br/baccarin>. Acesso em 10/8/2011.

São Paulo – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo – 1969-2005 (valores monetários expressos em R\$, de julho de 1994)

Anos	Salário diário médio do trabalhador volante (1)	Pagto. colheita de cana R\$/tonelada (2)	Rendimento médio corte tonelada/dia (3)	Remuneração diária (2) x (3)	Salário mínimo diário em São Paulo (4)
1969	3,86 (apenas março)	2,73	2,99	8,16	4,94
1970	4,36	2,02	3,05	6,16	4,92
1972	5,11 (apenas março)	2,50	3,00	7,50	4,98
1973	5,90	2,51	3,30	8,28	5,02
1977	7,59	2,57	3,77	9,69	5,33
1980	6,60	2,29	3,97	9,09	6,03
1982	6,23	2,17	4,50	9,77	5,68
1985	5,72	1,92	5,00	9,60	5,51
1988	3,70	1,25	5,00	6,25	3,86
1990	3,95	0,96	6,10	5,86	2,30
1992	3,12	0,84	6,30	5,29	3,11
1994	5,67 (só novembro)	0,83	7,00	5,81	2,22 (= em US\$)
1996	6,36	1,05	7,00	7,35	2,52
1998	6,27	1,06	7,00	7,42	2,63
2000	5,40	0,88	8,00	7,04	2,47
2002	5,13	0,88	8,00	7,04	2,67
2004	4,54 (v. c.: R\$15,42)	0,86 (v.c.: R\$2,93)	8,00	6,88	2,48 (v.c.: R\$8,44)
2005	4,83 (v. c.: R\$17,47)	0,86 (v.c.: R\$3,11)	8,00	6,88	2,64 (v.c.: R\$9,56)

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos. (v. c. = valor corrente); organização de Pedro Ramos.⁴⁰

(1) Média dos dois dados (o de abril e o de novembro), com as exceções indicadas. (2) Tal como o salário mínimo e demais valores monetários, corrigidos com base no IGP-DI da Conjuntura Econômica/FGV.

pode-se calcular que o número médio de pessoas ocupadas (...) no cultivo da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo caiu em 11.186 pessoas, entre 2007 e 2008; 9.788 pessoas, entre 2008 e 2009; 3.658, entre 2009 e 2010; e 14.468, entre 2010 e 2011. A acentuação da queda nesse último período chama a atenção e, provavelmente, está

associada às mudanças tecnológicas que vêm ocorrendo.³⁹

O impacto sobre os trabalhadores pode ser notado tanto na diminuição da média de seus salários quanto no vertiginoso aumento da quantidade de cana cortada. Ambos ocorrem em razão da necessidade de tentar manter o

³⁹ *Ibid.*, p. 2 e 3.

⁴⁰ RAMOS, Pedro. O uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho superexplorado na atualidade. *Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano*. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo: Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

emprego em um momento de diminuição dos postos de trabalho.

Apesar dos dados disponíveis não serem tão atuais, é possível demonstrar uma tendência à diminuição do preço pago por tonelada de cana cortada, ao mesmo tempo em que aumenta a média de toneladas diárias. A redução do preço em reais/toneladas muitas vezes respeita os próprios acordos entre usinas e sindicatos, o que demonstra que a pressão desta tendência é cada vez mais acentuada. Atualmente, estima-se que a média cortada por dia seja de 12 toneladas, mas relatos de trabalhadores indicam que esse número pode ser maior.

Nas negociações, as usinas procuram cumprir acordos em relação a condições de trabalho, conforme exigência do Ministério Público. Por exemplo, fornecem Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e evitam atraso nos salários. Porém, a superexploração ocorre de forma estrutural porque o sistema de pagamento por produção leva os cortadores a intensificar seu trabalho. Em razão da crescente mecanização, somente os mais produtivos conseguem manter seu emprego. O economista Pedro Ramos, da Unicamp, explica:

Fica devidamente explicitado que a remuneração do trabalho na cana deve-se, fundamentalmente, ao crescente esforço feito pelos cortadores de cana queimada, que permitiu a elevação do rendimento de corte, mas que não conseguiu evitar que a remuneração diária real na atualidade seja menor do que a que se conseguia na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980. É este esforço que sempre fez com que a remuneração diária do cortador tenha se situado acima tanto do salário mínimo diário como do salário médio do trabalhador volante utilizado pelas lavouras paulistas. Como tem sido divulgado pela imprensa, este esforço pode ser a causa principal de recentes mortes nos canaviais paulistas. Embora poucos empregadores





(usineiros, fornecedores e, principalmente, intermediários) pareçam estar dispostos a confirmar, não há contratação de trabalhadores que não atingem certo mínimo de rendimento diário de corte, e há pesquisadores que afirmam que a média da atual safra deverá situar-se em torno de 15 toneladas.⁴¹

Os relatos de “birola” (câimbra generalizada no corpo) seguida de morte, em razão de esforço excessivo no trabalho, causou pelo

menos 21 mortes nos canaviais paulistas entre as safras de 2004 e 2007, segundo denúncias do Serviço Pastoral do Migrante em Guariba.⁴² As mortes ocorrem justamente em um período de modernização do setor, através de subsídios do governo para sua expansão. Portanto, mesmo quando aparentemente as usinas cumprem os acordos trabalhistas, as condições de superexploração permanecem.

O processo de mecanização gerou também a superexploração dos pilotos de máquinas e

⁴¹ *Ibid.*, p. 16.

⁴² Para acompanhar denúncias de superexploração do trabalho e casos de morte nos canaviais, ver o sítio da Pastoral do Migrante de Guariba: <www.pastoraldomigrante.org.br>.

de outros trabalhadores no processo industrial. Estima-se que uma colhedeira substitui 120 cortadores manuais e emprega entre seis e dez pessoas no corte mecanizado. A concorrência para acessar tais postos é imensa, e as condições de trabalho são degradantes. Um exemplo recente foi a denúncia de superexploração de pilotos de colhedeiças em terras arrendadas pela Raízen (Cosan-Shell), onde o Ministério Público do Trabalho constatou problemas como terceirização, redução salarial, descumprimento de normas de segurança e jornada excessiva de trabalho, como mostra o relatório de fiscalização:

A fiscalização flagrou uma fraude exercida pela Raízen, com o claro objetivo de reduzir os custos decorrentes do processo de produção. Ao menos dez trabalhadores contratados pela terceirizada Marca de Ibaté tinham vínculo empregatício com a Raízen. O contrato deles foi encerrado com a então Cosan no dia 28 de julho de 2011, e eles foram recontratados pela terceira no dia seguinte, 29 de julho, para exercer as mesmas funções. A comparação de holerites permite aferir que a terceirização dá-se com precarização, eis que os salários dos trabalhadores registrados pela empresa terceirizada correspondem, em média, a apenas 63% do salário pago pela Raízen. Em razão da terceirização, os trabalhadores antes contratados diretamente deixaram de receber seguro de vida e adicional de produção, concedidos aos operadores de máquina da usina. Além disso, na mesma frente de trabalho foram encontrados trabalhadores terceirizados, submetidos a condições precárias e com salário menor. (...) A maior evidência da precarização decorrente da terceirização se reflete nas condições de trabalho dos tratistas. O relatório fiscal afirma que eles não

dispõem de banheiros, local para refeição, abrigo contra intempéries (como sol e chuva), água potável/fresca e materiais de primeiros socorros essenciais em caso de acidentes. Os fiscais ainda apontaram para o excesso de jornada dos terceirizados. Há relatos de trabalhadores que ficam mais de dez dias sem descanso semanal. A legislação obriga a concessão de ao menos 24 horas consecutivas de repouso durante a semana.⁴³

Outro caso de violação de direitos trabalhistas na colheita mecanizada foi denunciado em Goiás, na fazenda Santa Laura, onde se constatou a existência de trabalho escravo, como destaca a seguinte reportagem:

Pela primeira vez no Brasil ocorre a libertação de trabalhadores submetidos a regime semelhante ao de escravidão em processos de colheita mecanizada. No total, foram resgatados 39 trabalhadores. Eles operavam máquinas para o corte de cana-de-açúcar em uma fazenda na cidade de Goiatuba (GO). A jornada de trabalho somava 24h ininterruptas, mais 3h para o deslocamento, todos os dias da semana, intercalando descansos de 21h seguidas. Foram registrados no local ao menos dois acidentes devido ao cansaço ao volante, envolvendo dois motoristas canavieiros que operavam as máquinas por mais de 20h. Não foi registrado atraso no pagamento dos salários, porém não eram incluídos as horas extras e o descanso semanal remunerado. O resgate ocorreu na Fazenda Santa Laura, pertencente à Associação dos Fornecedores de Cana da Usina Bom Sucesso. O proprietário da fazenda deverá pagar aos trabalhadores verbas rescisórias de quase R\$1 milhão no total, fora os encargos sociais.⁴⁴

⁴³ Raízen (antiga Cosan) é Processada pelo MPT. *Jornal de Araraquara* – SP, 21/4/2012. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/3/43091>. Acesso em 6/7/2012.

⁴⁴ Primeiro resgate de trabalhadores escravizados em colheita mecanizada ocorre no país. *Rádio Agência NP*, 22 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.radioagenciamp.com.br/10474-primeiro-resgate-de-trabalhadores-escravizados-em-colheita-mecanizada-ocorre-no-pais>. Acesso em 9/7/2012.

Tais relatos mostram que o trabalho escravo e degradante permanece com a mecanização do corte da cana. Nas regiões onde prevalece o corte mecanizado, pioram as condições de trabalho, pois os cortadores necessitam atingir uma cota de produtividade cada vez maior para garantir seus empregos. As empresas utilizam a mecanização como chantagem para evitar que os cortadores reivindiquem melhorias de salário e condições de trabalho. Como o pagamento é feito por produção, eles são impelidos a cortar cada vez mais para tentar cumprir uma cota que cresce com a mecanização.

Além disso, os cortadores não têm acesso à transformação dos metros cortados em toneladas, o que facilita a apropriação de seu trabalho não pago pelas usinas e pelos chamados “gatos”, que caracterizam a figura do intermediário no aliciamento dos trabalhadores. Ou seja, a prática da terceirização continua a ocorrer, assim como o rebaixamento dos salários e o roubo no cálculo do peso da cana. Portanto, não é o “atraso” do setor que leva aos casos de descumprimento dos direitos trabalhistas, mas sim a própria modernização impelida pela crise deste modelo produtivo.

Impactos da expansão do agronegócio no Mato Grosso do Sul



FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA

Ocas de madeirite na Terra Indígena Panambizinho, Dourados-MS.

O Estado do Mato Grosso do Sul (MS) é conhecido por sua biodiversidade e bacias hidrográficas, em uma região que abriga o Pantanal e parte do Aquífero Guarani, mas também por uma história de colonização violenta contra povos indígenas. Atualmente, empresas do chamado agronegócio expandem seu poder econômico na região, que parece uma grande fazenda, caracterizada por imensas lavouras de cana, soja e, mais recentemente, milho transgênico, além da pecuária extensiva. Tal modelo agrícola combina o monocultivo extensivo com a intensificação da mecanização e do uso de insumos químicos e está baseado no monopólio de um punhado de empresas nacionais e estrangeiras. A concentração da terra, portanto, é acompanhada pela monopolização da produção e comercialização agrícolas.

Essa estrutura fundiária começou a se formar entre 1915 e 1928, a partir do confinamento dos povos Guarani, Terena e Kadiweu nas chamadas reservas, que cumprem o propósito de exploração do trabalho indígena, já que são pequenas áreas em relação às suas necessidades de subsistência. Na Reserva de Dourados, por exemplo, vivem 12 mil pessoas em 3,5 mil hectares. Em tal situação, a população indígena é obrigada a se submeter às piores condições de trabalho.

Forçados a viver em tais condições, os indígenas do Mato Grosso do Sul estão submetidos à violência, racismo e completo descaso por parte do Estado. Um relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁴⁵ acerca do processo genocida pelo qual passam estes povos explicita dados assustadores. De 2003 a 2010, 250 indígenas foram assassinados no MS, frente ao número de 202 no resto do país.

Os dados referentes aos suicídios também são alarmantes: foram registrados 176 casos entre 2003 e 2010, que representam 83% do índice de suicídios de indígenas no Brasil. Nos últimos oito anos, mais de 4 mil crianças indígenas sofreram desnutrição no MS. Além disso, nos últimos cinco anos, registraram-se 1.787 vítimas de desassistência médica em comunidades indígenas no Estado. De 2003 a 2005, houve mais de 70 conflitos causados por disputas fundiárias entre indígenas e fazendeiros. Atualmente, três lideranças indígenas e quatro comunidades inteiras sofrem ameaças de morte e estão no Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos da SDH/PR.

O avanço do agronegócio na região agrava esse quadro. Os incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor sucroenergético incluem o fomento a lavouras canavieiras localizadas em terras indígenas reivindicadas pelos Guarani-Kaiowá e homologadas pela própria União, o que é proibido. A empresa Raízen, formada a partir da fusão da Cosan com a Shell, assinou recentemente um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público por utilizar cana-de-açúcar plantada pela fazenda Nova América em terras indígenas localizadas em Caarapó, ao sul de Dourados. A expansão territorial dos monocultivos ocorre principalmente em áreas com acesso a infraestrutura e em regiões com vastas bacias hidrográficas, como o Cerrado.

Atualmente, as usinas no Mato Grosso do Sul utilizam somente mão de obra indígena. Com o avanço da mecanização, estima-se que o corte manual tenha diminuído em 40%. Do total de aproximadamente 10 mil indígenas

⁴⁵ RANGEL, Vera. As violências em números, gráficos e mapa”, in: *As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul, e as resistências do Bem-viver por uma terra sem males*. Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), MS, 2011.



FOTO: CARMELO FIORASO

empregados no corte de cana até 2006, atualmente existem em torno de 6 mil. As denúncias de irregularidades em contratação, alojamento, alimentação, segurança e transporte de trabalhadores migrantes que vinham do Nordeste fizeram com que as usinas optassem pelo uso do trabalho indígena local.

O aliciamento é feito pelos chamados “cabeçantes” ou “caciques”, que cumprem a função do “gato”, exercem um papel de liderança nas próprias aldeias e recebem uma porcentagem do salário dos cortadores. Os “cabeçantes” cumprem também a função de exigir maiores níveis de produtividade dos cortadores, já que, com o crescente desemprego, apenas os mais produtivos permanecem no trabalho.

Os trabalhadores indígenas no Estado iniciaram recentemente sua organização sindical junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Uma de suas lideranças, o sindicalista indígena Evanildo da Silva, explica que a luta sindical combina o objetivo de “gerar maior proteção, quebrar a submissão e dependência dos trabalhadores ao setor privado e estatal, no sentido de manter a identidade indígena”. O sindicato defende a imediata demarcação das terras e o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a proteção de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

Evanildo aponta que o trabalho nos canaviais gera doenças e esgotamento físico: “Os trabalhadores se arrebetam no corte da cana e sofrem os impactos dos agrotóxicos na saúde e no meio ambiente, que se estendem no longo prazo”. Ele lembra que os indígenas historicamente têm sido explorados nas funções mais pesadas e, inclusive, construíram a infraestrutura do Estado, como as ferrovias. “É comum encontrar jovens indígenas trabalhando nas fazendas com documentos falsos. Aos 17 anos, eu trabalhei no corte da cana e até hoje sinto os

efeitos. O alojamento era em barracas de lona, não havia contrato e tínhamos que pagar por todo equipamento e alimentação”, diz Evanildo.

O sindicalista explica que o preconceito contra povos indígenas varia de acordo com sua conveniência, entre a imagem colonial do “índio preguiçoso” e a ideia que permeia o discurso atual das empresas, de que seriam mais “aptos” para o trabalho pesado. Uma funcionária da usina Agrisul/CBAA, de Sidrolândia, que não quis se identificar, justifica que atualmente a empresa contrata “100% de mão de obra indígena porque eles não têm ambição”. A partir de 2009, com o avanço da mecanização, a exigência de maior produtividade tem causado acidentes frequentes, como cortes, fraturas e luxações. O desemprego gera maior precarização e permite que os trabalhadores aceitem contratos temporários, de três meses, o que desobriga as empresas de pagar indenizações ao final da safra.

Na região de Dourados, onde há o maior índice de conflitos por terra no Estado, os indígenas que reocuparam suas áreas tradicionais e demandam a demarcação também têm que se submeter ao trabalho nas usinas. Como as aldeias estão cercadas por monocultivos, que utilizam grande quantidade de insumos químicos, a produção de alimentos fica prejudicada pela contaminação do solo e a grande quantidade de pragas que se proliferam com o desequilíbrio ambiental causado pelas plantações vizinhas. Dessa forma, as empresas garantem disponibilidade de mão de obra nas lavouras de cana, mesmo em condições degradantes.

Reginaldo, que hoje trabalha no posto de saúde local, conta que as empresas descontam o custo com roupa, comida, água e equipamentos, como botas e garrafa térmica, do pagamento dos cortadores. Muitos jovens, menores de idade, forjam documentos e começam a trabalhar ainda na adolescência.



As doenças ocupacionais são comuns, como problemas de coluna, nos ombros, braços e mãos, assim como enfermidades nos pulmões e contaminação por tuberculose, pela exposição à poluição nas lavouras e insalubridade nos alojamentos das usinas.

Na mesma aldeia, outros indígenas relatam histórias parecidas. João⁴⁶ conta que começou a cortar cana aos 16 anos. Saía da aldeia para o alojamento e só tinha folga a cada 45 dias. A jornada de trabalho era das 5h30 às 16h30, e o pagamento por metro cortado era de R\$0,10. Com todos os descontos de transporte, comida, remédios e equipamentos, a média do salário mensal não chegava a R\$400, sem direito a fundo de garantia, seguro desemprego ou assistência médica. O atraso no pagamento é comum, e geralmente os trabalhadores só recebem depois de entrar em greve. Nas regiões onde as queimadas foram proibidas, o corte da cana “crua” expõe os trabalhadores ao contato com cobras, escorpiões e outros insetos.

A vulnerabilidade dos indígenas, submetidos à discriminação e repressão, faz com que as empresas tenham mais facilidade para burlar problemas no registro e fiscalização dos trabalhadores. Somente no município de Dourados, o Ministério Público registrou 1.400 reclamações trabalhistas contra usinas. Recentemente, os procuradores moveram ações que demandam o pagamento do tempo que os trabalhadores levam nos itinerários para os canaviais. Apesar da obrigatoriedade jurídica, as empresas não pagam por essas horas, que, somente em um desses processos, somam R\$350 milhões. Algumas usinas

chegaram a propor a troca desse direito por “auxílio funeral”. Outro tipo comum de irregularidade é o desmatamento, que as empresas escondem enterrando as árvores para evitar multas.

Para burlar as dívidas e a situação de inadimplência, muitas usinas adotam outro nome, razão social e registro jurídico, através de fusões com grandes grupos econômicos. A Agrisul/CBAA, por exemplo, declarou falência e conseguiu retomar suas atividades através de um processo de recuperação judicial. Tal *status* autoriza as empresas a rolar suas dívidas e multas por descumprimento de direitos trabalhistas ou ambientais. O atraso no pagamento dos funcionários é frequente, assim como as greves organizadas pelos cortadores para receber salários. Essa estratégia das usinas funciona como cerceamento de liberdade dos trabalhadores, dada a ausência de outra forma de sobrevivência. O monopólio das melhores terras impede que outro modo de produção seja possível como solução para a exploração.

Nos assentamentos e áreas de produção camponesa, a falta de infraestrutura básica, como habitação, água, transporte, energia, crédito e assistência técnica, muitas vezes gera dependência e submissão do trabalho nos canaviais. A população rural não indígena é contratada geralmente para o corte mecanizado, nos tratores e colheitadeiras, onde se registram longas e extenuantes jornadas de trabalho. A falta de apoio e a consequente dificuldade em viabilizar outro tipo de modelo agrícola favorecem o arrendamento para plantio e fornecimento de cana para as

⁴⁶ Os nomes dos entrevistados são fictícios para preservar sua integridade e segurança.



Crianças indígenas recebem merenda escolar na terra indígena de Panambizinho, Dourados - MS.

usinas, o que acaba por gerar dívidas para os assentados.

Mauro mora em um dos assentamentos mais antigos da região e sempre conseguiu manter sua produção. Em 2007, foi procurado por representantes das usinas para fornecer cana, com a promessa de receber um bom retorno financeiro. Vendeu parte de seu gado para investir no plantio da cana, além de arcar com todos os gastos com insumos e colheita. Mas a usina nunca pagou pela produção, e Mauro ficou com um prejuízo de R\$56 mil, além do trabalho para recuperar o solo degradado. Ele enfrenta ainda um sério problema com incêndios causados pela queima dos canaviais vizinhos, que frequentemente atingem áreas de reserva ambiental.

Em um dos assentamentos mais recentes, Pedro conta que já arrendou terra para o plantio de cana, mas também não recebeu pagamento: “Só tivemos prejuízos, gastamos com o cultivo, o combustível e a mão de obra e não recebemos nada. Ficamos com uma dívida de R\$14 mil, e, como as usinas não fazem contrato, conseguem burlar a justiça”. Ele conta que já produziu mandioca, feijão, milho e trigo, mas a falta de incentivo fez com que tivesse que arrendar a terra. Sem opção, Pedro também trabalhou como tratorista na usina: “Eles não pagam hora de almoço e temos que comer dentro do trator, dirigindo. Não aceitam máquinas paradas e não podemos ir ao banheiro. Temos somente um dia de folga a cada sete dias, e o contrato é de seis meses, durante a safra. É como escravidão”.

Os assentados procuram trabalho também como mecânicos no processo de moagem da cana. Joílson conta que o atraso no pagamento é comum e que está sem receber há dois meses: “Nós vamos para a usina por necessidade, porque as condições de trabalho lá são péssimas. O salário

é pouco, não recebemos adicional noturno nem insalubridade, não depositam fundo de garantia e agora estamos sem receber. Por isso fizemos greve e paramos a usina”. Outro problema relatado é a falta de segurança dos equipamentos. Por exemplo, muitos tratores não têm freio, e os acidentes são frequentes.

A necessidade de procurar emprego é resultado da falta de estrutura para se manter no assentamento. Depois de oito anos de acampamento para reivindicar a reforma agrária, a área foi desapropriada em 2005, mas os agricultores ainda não tiveram acesso ao crédito para produção. Romilson planta mandioca, milho, quiabo, abóbora, hortaliças e frutas, e produz leite e ovos, mas é difícil manter a produção para além da subsistência, já que a maior parte da renda fica com os atravessadores. Para reverter essa situação, seria necessário que os assentados recebessem apoio para produção, como crédito, segurança de mercado e preço, condições de acesso a infraestrutura, transporte, água e energia.

Constata-se assim que o “produto” do agronegócio não é a cana, a soja, o açúcar ou o etanol, mas uma enorme dívida financeira, social e ambiental. O papel do Brasil na conjuntura internacional explica a continuidade da ocupação violenta de regiões ricas em recursos naturais, como o Mato Grosso do Sul, com efeito devastador para a população indígena, estimada em 75 mil pessoas, e para cerca de 30 mil famílias assentadas. Essas comunidades estão cercadas por monocultivos, que avançam causando desmatamento, intoxicação por agrotóxicos, grilagem de terra e água. Com isso, aumentam as dificuldades para a produção de alimentos, gerando situações extremas de suicídios, assassinatos, fome e enfermidades entre os povos indígenas, que são obrigados a submeter seu trabalho à exploração nos canaviais.



FOTO: MARIA LUISA MENDONÇA

Conclusão

Como constatamos neste estudo, o processo de aparente “crescimento” da economia brasileira tem como determinação a crise econômica mundial, em um momento de preponderância de capitais financeiros. Os esforços do governo brasileiro para transformar o etanol em *commodity*, para que seja negociado nos mercados de futuro, podem aprofundar o impacto especulativo no Brasil, como ocorreu com a crise gerada pela bolha no mercado imobiliário nos Estados Unidos e Europa. Observamos esta tendência no mercado de terras no Brasil, que é acompanhada pela especulação com *commodities* agrícolas e minerais. Tal movimento explica o processo recente de desindustrialização da economia brasileira, que combina o movimento especulativo de capitais ociosos no mercado financeiro com o “refúgio” desses capitais em recursos estratégicos como terra, água, petróleo e minério.

Nossa pesquisa mostra que as formas de aquisição de terras para a expansão de monocultivos ocorrem através do arrendamento, com a substituição da produção de alimentos, ou do avanço da fronteira agrícola. Este processo está ligado a um movimento de capitais financeiros que geram uma bolha especulativa, causando um forte aumento no preço da terra e dos alimentos. O discurso sobre a “modernização” da produção de etanol serve também para encobrir o aumento da exploração do trabalho.

Portanto, a suposta “competitividade” do etanol brasileiro no mercado externo é baseada na exploração de mão de obra, em uma tentativa de compensar o alto índice de endividamento e inadimplência das usinas. O modelo adotado

historicamente no setor, baseado no pagamento dos cortadores de cana por produção, e não por hora, gera uma condição estrutural degradante para os trabalhadores. Ou seja, a superexploração não ocorre de forma pontual ou isolada, mas de maneira sistemática. Com o objetivo de melhorar sua imagem junto à opinião pública, principalmente para obter acesso ao mercado externo, as empresas avançam no processo de mecanização.

Este expansionismo, que inclui o avanço territorial do monocultivo da cana, é justificado pela agroindústria sucroenergética com base em uma perspectiva da elevação da demanda global por etanol. Porém, com a crise econômica internacional, este prognóstico tem se modificado. Outro argumento seria o aumento do consumo doméstico de etanol em função da alavancada da indústria automobilística com a tecnologia *flex fuel*. Mas nenhum dos dois se sustenta, na medida em que ignoram a crise estrutural no setor.

A busca por competitividade no mercado mundial faz com que a agroindústria da cana, assim como os demais setores do agronegócio brasileiro, assumam constantes dívidas financeiras para manter níveis aceitáveis de produtividade. Como ocorreu historicamente, o recente processo de expansão depende de apoio estatal, o que pode ser interpretado como continuidade das políticas do período do Proálcool,⁴⁷ ao contrário da ideia comumente propagada de constante aumento da “eficiência” do agronegócio. Portanto, é necessário transformar o atual modelo agrícola no sentido de superar as crises simultâneas no âmbito econômico, social e ambiental.

⁴⁷ O Programa Nacional do Alcool (PNA) ou Proálcool, lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi o principal projeto de industrialização da agricultura promovido pela ditadura militar brasileira, já que destinou créditos subsidiados (a juros reais negativos) ao setor sucroalcooleiro no montante de aproximadamente 7 bilhões de dólares até 1990 (TCU, 1990, p. 49), com o objetivo de ampliar a produção de álcool, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino de cana-de-açúcar.